

Comissão Arinos está sendo definida segundo critério pessoal de Sarney

BRASÍLIA — Os nomes dos 50 integrantes da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais não estão sendo escolhidos com base em critérios de representação "orgânica" (isto é, segundo o nível de sua representatividade em alguma entidade ou grupo), mas num critério pessoal do Presidente José Sarney, levando em conta a representatividade "tácita" de seus membros.

A informação é do secretário-executivo da Comissão, jornalista Mauro Santayana. O secretário acha natural a quantidade de pedidos de inclusão de nomes que o Governo vem recebendo, mas diz que esses pedidos não serão determinantes.

— Determinante é o critério pessoal do Presidente, que nomeia quem quiser — acrescentou Santayana.

O jornalista explicou na prática, usando como exemplo a Igreja, a diferença entre representatividade "orgânica" e representatividade "tácita": não haverá na Comissão nenhum representante da Igreja Católica ou de qualquer outra Igreja, ou todas as confissões teriam que ser cha-

radas. Mas como a Igreja Católica tem maior presença na vida do País, nela haverá nomes expressivos de notória ligação com a Igreja Católica.

A representatividade tácita é uma questão de consenso, ou de bom-senso, com aferição final pelo próprio Presidente. Se o Governo optasse pela representação orgânica teria de pedir a entidades e categorias profissionais que indicassem seus representantes através de uma votação. O melhor exemplo de representatividade tácita é o próprio Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, "um representante indiscutível dos constitucionalistas brasileiros".

Santayana negou a existência de lobbies ou pressões mais fortes contra ou a favor da inclusão de alguém. Nada há além das dezenas de pedidos, o que é normal no processo democrático — explica ele —, dado o desejo de entidades e grupos de exercer influência. Mas o Presidente da República está escolhendo os nomes da melhor maneira.

... não insistir no

Devo não usar